

# Mulheres realizam “inauguração popular” da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo

***Objetivo da atividade foi simbolicamente colocar o equipamento público em funcionamento e protestar contra descaso da prefeitura e do governo federal em relação às políticas públicas para mulheres em situação de violência***

*[\(Observatório da Sociedade Civil, 01/11/2017 - acesse aqui\)](#)*

“A violência contra mulher não é o mundo que a gente quer. E abre alas que as mulheres vão passar. Nosso lugar não é no forno, nem no fogão. O nosso fogo é o fogo da revolução”, cantavam as mulheres que ocuparam no último domingo (29), a Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo (SP).

A ação durou pouco mais de 24 horas e teve como objetivo chamar a atenção de gestores/as públicos/as e da sociedade. O equipamento público é uma iniciativa do governo Dilma e está pronto desde novembro de 2016. Sua inauguração estava prevista para este ano, mas encontra-se fechado, com mato crescendo e sem vigilância no entorno.

Uma iniciativa do Programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o espaço visa a oferecer atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, com os serviços de acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças, dentre outros. De acordo com Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres, o ato foi convocado como uma “inauguração popular” do equipamento. “A Casa é importante, pois integra diversos serviços em um só lugar. A mulher não vai precisar repetir o que aconteceu diversas vezes”,

afirma.

Dados mostram a relevância da medida. Segundo o Datafolha, em 2016, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência. A cada hora, 503 mulheres brasileiras são vítimas de agressões físicas.

Na segunda-feira (30), as mulheres se reuniram com o secretário especial de Relações Governamentais Milton Flávio e com a coordenadora de políticas públicas para mulher Gislaine Caresei e entregaram um documento pedindo a abertura imediata da Casa e a criação de um conselho gestor representado por trabalhadoras da comunidade local e do movimento feminista. Sônia Coelho analisa positivamente a aproximação. Mesmo sem nenhuma resposta concreta, conseguiram agendar uma reunião com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulher do governo federal.

Neste ano, Michel Temer cortou os investimentos em proteção da mulher vítima de violência de R\$ 42,9 milhões para R\$16,7 milhões. Na cidade de São Paulo, Doria congelou R\$ 3 milhões do orçamento para os serviços de atendimento às mulheres. Nani Sacramento, da Cental de Movimento Populares (CMP), afirma estar ocorrendo um retrocesso nas políticas públicas para as mulheres desde a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e o atual desmonte da Secretaria da Mulher pelo governo fderal. “As políticas públicas não serão para protagonizar as mulheres, mas sim manter uma sociedade machista e conservadora. As mulheres estarão nas ruas em marcha até que todas sejamos livres.”

De acordo com nota divulgada pela prefeitura de São Paulo, “somente após a conclusão das obras e entrega das chaves pelo governo federal é que a gestão e administração da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo passará efetivamente à responsabilidade da gestão municipal.”

*Por Felipe Sakamoto, do Observatório*

---

# SPM e prefeitura de São Paulo acertam finalização da Casa da Mulher Brasileira

Com mais de 90% da obra concluída, a Casa da Mulher Brasileira de São Paulo está na reta final para entrar em funcionamento. A secretária de Políticas para as Mulheres (SPM/MDH), Fátima Pelaes, esteve reunida com o prefeito de São Paulo, João Dória, para acertar a contratação dos serviços e manutenção para finalizar a obra.

[\(SPM, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

✘ “A Casa da Mulher Brasileira é um importante instrumento de proteção das mulheres vítimas de violência e está previsto na Lei Maria da Penha. Estamos agilizando a finalização da obra e a contratação dos serviços para inaugurar o espaço nos próximos meses”, disse a secretária.

Além da Casa da Mulher Brasileira, a SPM também possui mais de R\$ 4 milhões previstos em convênios com a prefeitura da capital paulista. São recursos que irão concretizar mais uma casa de passagem para mulheres em situação de violência, unidades móveis de atendimento à mulher, qualificação profissional técnica, entre outros.

“São importantes iniciativas que vão garantir não só o combate à violência contra a mulher, mas também trabalhar o empoderamento feminino. Estamos articulando ações junto aos governos e sociedade civil para que as mulheres resgatem sua autoestima e sejam reconhecidas como detentoras de direitos”, ressaltou.

Fátima Pelaes participou também, com a bancada parlamentar federal do Estado de São Paulo, de reunião com o prefeito João Dória sobre um balanço dos seus 80 dias de governo. Na oportunidade, ressaltou que numa gestão eficiente como se está construindo em São Paulo, não se pode deixar de considerar a transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas das cidades.

Acompanharam a secretária em São Paulo, a deputada estadual Marta Costa (PSD) e a vereadora Rute Costa (PSD).

---

# Violência contra a mulher não é algo natural, alerta ONU Mulheres Brasil

*Para prevenir casos de violência contra a mulher e reverter as estatísticas é preciso, primeiramente, reconhecer o ato como algo não natural e que não deve ser aceito. A avaliação é da representante da ONU Mulheres Brasil, médica Nadine Gasman. “No país, a Lei Maria da Penha tem trazido essa ideia para a população, que sabe que bater, xingar e matar mulheres é um crime”, disse.*

[\(Agência Brasil, 08/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em entrevista ao programa *Revista Brasil*, da **Rádio Nacional de Brasília**, ela destacou a importância de se trabalhar o tema nas escolas, numa tentativa de promover a igualdade entre meninos e meninas, além de ações contundentes nos lares e na mídia. “Temos que ter uma rede de atendimento para todas as modalidades de casos de violência contra as mulheres, para que os crimes não fiquem sem punição e para que os agressores sejam levados à Justiça.”

## **Avanços**

Para Nadine, o Brasil avançou bastante no combate à violência contra mulheres, não apenas por meio da Lei Maria da Penha, que trata da prevenção, do atendimento e da sanção, sobretudo da violência doméstica, mas também por meio da Lei do Feminicídio, que pune especificamente o assassinato de mulheres. “São duas leis muito importantes, que se

complementam, porque olham todas as formas de violência contra as mulheres, tanto no âmbito público como no privado;”

Nadine elogiou ainda iniciativas como o Programa Mulher: Viver sem Violência, Casas da Mulher Brasileira e o Disque 180, ferramenta de comunicação que considera de suma importância entre as próprias mulheres e também entre pessoas que testemunham atos de violência contra as mulheres.

“É muito importante falar sobre isso no Dia Internacional da Mulher, porque a gente está empenhado no desenvolvimento de uma Agenda 2030, com objetivos de desenvolvimento sustentável que requerem ações muito fortes e definitivas em torno da erradicação da violência contra as mulheres”, concluiu.

Nadine Gasman é médica, tem nacionalidades mexicana e francesa e mestrado em saúde pública pela Universidade de Harvard e doutorado em gerenciamento e políticas da saúde pela Universidade John Hopkins.

*Por Paula Laboissière/Agência Brasil*

*Com informações da ONU Mulheres Brasil*

---

## **Dez anos da Lei Maria da Penha: nenhum retrocesso é aceitável, por Dilma Rousseff**

**(UOL Notícias, 07/08/2016)** Há dez anos, graças à promulgação da Lei Maria da Penha, o enfrentamento da violência contra a mulher passou a contar com uma legislação consistente, inovadora, e, hoje, exitosa. Superamos a fase em que a sociedade fechava os olhos para esse problema -retratada pelo dito “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”-

e adentramos um novo momento, em que proteger e apoiar as mulheres vítimas de violência tornaram-se responsabilidades do Estado.

Nesta década, avançamos muito. Firmamos, com todos os Estados, o Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, que permitiu formar a rede integrada de serviços preconizada no artigo 8º da Lei Maria da Penha. Atualmente, chegam a 1.063 os serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Porta de entrada nesta rede, o Ligue 180 realizou 4,7 milhões de atendimentos em dez anos.

Em 2013, lançamos o programa Mulher, Viver sem Violência, em linha com nosso compromisso de tolerância zero com a violência contra a mulher. Além de reforçarmos a rede de atendimento, com a criação de centros de atendimento nas fronteiras secas e de unidades móveis (ônibus e barcos) para atender mulheres em locais de difícil acesso, começamos a implantar a Casa da Mulher Brasileira, para garantir atenção integral às mulheres, oferecendo serviços públicos de segurança, justiça e saúde, com um atendimento organizado e humanizado.

O projeto prevê uma Casa da Mulher em cada capital do país. Lá, as vítimas de violência passam a contar com serviços de acolhimento e abrigo, atendimento psicossocial e orientação sobre trabalho, emprego e renda. Estão em funcionamento as casas de Campo Grande, Brasília e Curitiba, que propiciam, no mesmo espaço físico, atendimento da delegacia da mulher, do Ministério Público, de defensorias públicas e juizados especializados, dos quais as mulheres recebem as medidas protetivas de urgência. A Casa da Mulher resume a tarefa que cabe ao Estado em relação às mulheres vítimas de violência: dar assistência às necessidades emergenciais e contribuir para que elas possam recomeçar a vida, recuperar a autoestima e reescrever sua história.

A [\*\*sanção da Lei do Femicídio\*\*](#), em 2015, representou mais um passo no enfrentamento à violência contra a mulher. Com esta lei, o crime de feminicídio, porque cometido contra as mulheres apenas por sua condição feminina, passou a ser enquadrado como qualificado, aumentando a pena aplicada aos assassinos. Julgado como crime hediondo, o feminicídio impõe a seus autores penas de prisão sem atenuantes.

Nesta semana, uma nova conquista. O Conselho Nacional do Ministério Público decidiu que as previsões da Lei Maria da Penha **devem ser utilizadas também para proteger as pessoas transexuais e travestis vítimas de violência.**

A Lei Maria da Penha é uma conquista contra a impunidade e a violência. É ponto de partida de um caminho construído com novas leis e com políticas de Estado voltadas à ampliação do poder das mulheres na sociedade brasileira.

Esta caminhada não admite recuos. Continuaremos lutando contra projetos como o que **atribui à autoridade policial a concessão de medidas protetivas de urgência** ou o que propõe a substituição da palavra gênero por sexo feminino, porque descaracterizam a Lei Maria da Penha. Vamos nos opor a todas as alterações que restrinjam o alcance da lei. É urgente enfrentar a violência que tem origem na cultura machista, que naturaliza a opressão e a agressão contra a mulher.

Nós, mulheres, não podemos transigir. Combater a violência é nos opor à cultura de restrição de direitos que ainda vige no Brasil e que, neste momento, ameaça se fortalecer. Temos direito à integridade física desde a infância. Direito de não sermos vítimas de abuso sexual. Direito à própria sexualidade. Direito de não sermos subjugadas por sermos mulheres. Direito de trabalhar, de ganhar o mesmo que os homens. Direito de sermos avaliadas por nossas capacidades e competências, e não por nossa aparência. Direito a uma vida plena.

A Lei Maria da Penha é um marco na luta pela igualdade de gênero. Um instrumento decisivo para a construção de um Brasil sem preconceitos e que reconhece e protege os direitos das mulheres. Este Brasil que construímos ainda é um sonho, mas com luta e políticas de governo o transformaremos em realidade.

*DILMA ROUSSEFF é presidente da República.*

*Acesse no site de origem: [Dez anos da Lei Maria da Penha: nenhum retrocesso é aceitável, por Dilma Rousseff \(UOL Notícias, 07/08/2016\)](#)*

---

# **Acolhimento de qualidade estimula denúncia, avaliam profissionais da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande**

*(Portal Compromisso e Atitude, 22/02/2016) Equipamento registrou mais de 11 mil atendimentos no primeiro ano de funcionamento*

A primeira Casa da Mulher Brasileira inaugurada no Brasil, em Campo Grande (MS), completou um ano de funcionamento registrando números expressivos de atendimentos e sendo comemorada pelos profissionais que atuam no equipamento: foram 11.070 mulheres atendidas entre os diferentes serviços que compõem a Casa.

Para os operadores do direito e servidores, o percurso, após um ano, acumula um saldo positivo, uma vez que os números comprovam que a existência de um serviço de qualidade, aliada à divulgação dos direitos das mulheres em situação de violência, contribuiu para o aumento da denúncia e da procura pelo Estado. Com isso, a resposta ágil da Justiça e as ações de empoderamento oferecidas na Casa são outro ponto fundamental para efetivamente romper o ciclo de violência.

“A Casa mostra que, quando o Estado se organiza e dá condições, as mulheres denunciam a situação de violência e buscam apoio. Ainda, que é possível fazer uma política com todos os poderes, construindo uma parceria, para que de fato a mulher tenha um atendimento integral, humanizado, acolhedor, eficiente e eficaz”, destaca a secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves.

A Secretária Municipal de Política para as Mulheres de Campo Grande e Gestora Administrativa da Casa, Leide Pedroso, destaca que a instalação da



Casa da Mulher Brasileira é fruto de anos de luta e manifestações, “um instrumento de extrema importância no enfrentamento à violência contra as mulheres”, segundo ela. “Este primeiro ano foi um grande desafio para todos nós, por ser um serviço pioneiro no país, mas conseguimos alcançar todos os objetivos traçados. Conseguimos atender essas mulheres de forma humanizada e acolhedora e vamos continuar trabalhando para diminuir cada vez os índices de violência e quebrar este ciclo”, completa a Secretária.

*Veja também: [Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande implementa comunicação integrada para evitar repetição do relato da violência sofrida](#)*

Inaugurada em fevereiro de 2015, por ser a primeira Casa da Mulher Brasileira do País, coube aos profissionais que atuam em Campo Grande o desafio de traduzir a humanização dos serviços em prática nas dezenas de atendimentos diários - o que demandou a integração entre diferentes órgãos e esferas de governo e a readequação de práticas setoriais: município, Estado e governo federal; serviços públicos de segurança, justiça, atendimento psicossocial e orientação para trabalho, emprego e geração de renda que atuam na Casa, criando um fluxo de atendimento e aplicando protocolos específicos para garantir o atendimento qualificado das mulheres em situação de violência.

*Saiba mais: [Prefeitura implanta programa liberta mulheres na Casa da Mulher Brasileira](#)*

“Todos os Órgão e Serviços da Casa buscam, de forma integrada, oferecer os serviços especializados, no mesmo espaço público, para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres. Isso evita que essas percorram uma via crucis e, dessa forma, desistam do processo ou mesmo sejam revitimizadas por terem que detalhar repetidamente sua história, em busca de atendimento pelo Estado”, frisa Eloisa Castro Berro, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

### **Agilidade nas medidas protetivas**

Um exemplo dos bons resultados alcançados foi a instalação dentro da Casa

da Mulher Brasileira da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande, a primeira especializada no deferimento e expedição de medidas protetivas de urgência no país. A Vara permitiu agilizar o procedimento, hoje feito em até 24 horas. “Isso acontece porque a vara está instalada próximo à Delegacia da Mulher e o juiz trabalha exclusivamente para avaliar as medidas protetivas”, destaca o desembargador Ruy Celso Florence, que esteve à frente da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul durante o primeiro ano de funcionamento da Casa.

Como resultado, foram expedidas 2.444 medidas protetivas entre 2015 e 2016. “Isso significa que houve proteção para as mulheres, inclusive que evitamos homicídios. Também mostra que as mulheres estão acreditando e procurando mais os serviços”, comemora o desembargador.

O magistrado destaca ainda que o atendimento feito na Casa refletiu em todo o Sistema de Justiça na região. Com a exclusividade para expedição das medidas protetivas na Casa, as outras varas de violência doméstica de Campo Grande ganharam um reforço para lidar com a demanda, podendo ampliar a dedicação aos processos e julgamentos dos crimes relativos à Lei Maria da Penha.

### **Romper o ciclo nos primeiros sinais de violência**

Na percepção da defensora pública e coordenadora Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Gênero (Nudem) da Defensoria sul-mato-grossense, Grazielle Carra Dias Ocáriz, com a inauguração da Casa, a divulgação sobre a rede de serviços e sobre os direitos das mulheres em situação de violência melhorou no Mato Grosso do Sul - o que gerou um estímulo para as mulheres denunciarem mais.

“Às vezes, a mulher não espera que aconteça um crime tido como ‘mais grave’ para procurar ajuda, ela já vem no momento de ameaça e da injúria, por conta dessa divulgação que vem sendo realizada. Isso é muito benéfico e atende a um dos objetivos da Lei Maria da Penha e da própria Casa: romper o ciclo da violência o mais breve possível”, destaca.

A Defensoria Pública atendeu 2.200 mulheres em um ano de atuação na Casa. “As mulheres que nos procuram para registrar a ocorrência, já recebem a orientação sobre quais ações precisam para romper o ciclo de violência. Sabemos que o sistema criminal é a porta de entrada, mas às vezes precisamos de outras medidas. Então, ela é orientada sobre os direitos e vai refletir que existe a possibilidade de sair daquela situação. Damos orientações, fazemos os encaminhamentos para aquelas que têm filhos pequenos e precisam de uma vaga na creche para poder trabalhar. A gente tem o cuidado de informar a mulher para que ela possa decidir o que deseja”, detalha.

Além da divulgação feita sobre a Casa da Mulher Brasileira, a defensora também credita a procura maior das mulheres às ações realizadas pela equipe do Nudem, que tem desenvolvido projetos de palestras em escolas e universidades numa ação permanente de diálogo para trazer as mulheres aos serviços. “Nós temos verificado no atendimento das mulheres que elas têm se empoderado dos seus direitos e estão conseguindo romper o ciclo da violência”, comemora a defensora pública.

### **Números representam encorajamento das mulheres**

Considerada uma das principais portas de entrada para os serviços, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), realizou 8.595 Boletins de Ocorrência em casos de violência contra as mulheres, que envolvem violência doméstica, sexual, verbal ou psicológica - o que resultou em 922 prisões neste primeiro ano de atuação da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande.

Para a delegada Marília de Brito, responsável pela DEAM que funciona dentro da Casa, esses números representam o encorajamento da mulher em denunciar a situação de violência em que vivem. Em sentido semelhante à avaliação da Defensoria Pública, a delegada destaca que as mulheres têm procurado à DEAM antes de sofrerem agressão física. “Antigamente nós registrávamos mais ocorrências de lesões corporais, hoje verificamos que os registros se referem mais a ameaças e injúria que, pelo nosso conhecimento sobre o ciclo da violência, são delitos que costumam anteceder uma violência física”, explica.

A DEAM instalada na Casa possui horário de atendimento estendido, 24 horas, o que, segundo delegada é outro fator fundamental para estimular a denúncia e dar a agilidade necessária nos processos. “O governo do Estado implantou o plantão 24 horas, portanto, o trabalho que antes era dividido em 8 horas diárias, hoje é estendido para o dia todo, sábado, domingo e feriados de forma ininterrupta”, frisa.

---

Um ano de Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande  
Create your own infographics

### **Atuação conjunta é fundamental**

A atuação conjunta é outro fator preponderante para a melhora do atendimento pelo Estado por meio da Casa da Mulher Brasileira. “Nós temos aqui uma grande proximidade com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e um setor psicossocial dentro da Casa - tudo isso contribuí para desempenharmos os trabalhos da DEAM”, ressalta a delegada Marília de Brito.

A integração entre os setores também é apontada pela promotora especial do Ministério Público que atua dentro da Casa da Mulher Brasileira, Luciana Rabelo, como um dos pilares para a qualidade no serviço que tem se traduzido na grande procura pelas mulheres.

Nesse sentido, a promotora aponta que o sucesso do primeiro ano da Casa da Mulher Brasileira não se deve apenas ao grande número de atendimentos, processos e medidas protetivas deferidas, mas principalmente a qualidade desses atendimentos - o que resulta em mais confiança.

A Promotoria realizou 446 atendimentos nas Casas em um ano, incluindo aqueles provenientes da Central de Atendimento Ligue 180. Os números, para a promotora, são significativos, e revelam também o resultado de um trabalho realizado há cerca de dez anos sobre a importância de quebrar o silêncio sobre a violência sofrida como o primeiro passo para romper o ciclo. “As mulheres têm hoje mais confiança no poder público e acreditam que suas denúncias serão tratadas com seriedade e levadas a diante”, afirma a promotora Luciana Rabelo.

*Por Gécica Brandino e Tainah Fernandes  
Portal Compromisso e Atitude*

**Acesse no site de origem:** [\*Acolhimento de qualidade estimula denúncia, avaliam profissionais da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande \(Portal Compromisso e Atitude, 22/02/2016\)\*](#)

---

# **Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande atendeu quase 10 mil mulheres em 2015**

**(SPM, 15/01/2016)** Em 11 meses de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, atendeu 9.999 mulheres em situação de violência e realizou 57.411 atendimentos e encaminhamentos. O balanço foi apresentado nesta quarta-feira (13/01), durante reunião do Conselho Gestor da Casa.

A coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, Eloísa Castro Berro, disse que o número de atendimentos representa que havia uma demanda reprimida de mulheres que não buscavam ajuda. “No início, a maior parte das denúncias era de agressão física. Hoje, ameaça e injúria ocupam as primeiras colocações, porque elas denunciam no momento da ameaça. A mulher está mais consciente dos seus direitos”.

**Acesse no site de origem:** [\*Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande atendeu quase 10 mil mulheres em 2015 \(SPM, 15/01/2016\)\*](#)

---

# Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira são lançados em Brasília

*(SPM, 03/11/2015)* A ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, e a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, lançaram nesta terça-feira (03/11) as [Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira](#). A cerimônia teve a participação da deputada federal e coordenadora da bancada feminina, Dâmina Pereira, da representante da secretaria especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Luciana Ramos, e do secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, de autoridades de diversos órgãos e de representantes da sociedade civil.

**Leia mais:** [Casa da Mulher Brasileira faz 43 mil atendimentos em 2015 \(Portal Brasil, 03/11/2015\)](#)

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira são lançados em Brasília \(SPM, 03/11/2015\)](#)

---

## Saúde divulga diretrizes para atendimento a vítimas de

# violência sexual

**(Min. Saúde, 19/10/2015)** As unidades hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) se preparam para realizar a coleta de informações e de vestígios de vítimas de violência sexual. O Ministério da Saúde publicou a portaria nº 1.662 que traz os critérios de habilitação de serviços da rede pública para darem suporte às vítimas desse tipo de violência. As unidades habilitadas poderão realizar o registro de informações em ficha de atendimento multiprofissional até a coleta e armazenamento provisório do material para possíveis encaminhamentos legais. A medida reduz a exposição da pessoa que sofreu a violência, evitando que as vítimas sejam submetidas a vários procedimentos.

Os exames serão feitos em estabelecimentos hospitalares, classificados como serviços de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, que contarão com equipes compostas por enfermeiros, médicos clínicos e especialistas em cirurgias, psicólogo clínico, hospitalar, social e do trabalho, assistentes sociais e farmacêuticos. Os profissionais serão capacitados para atender vítimas de agressão sexual por meio de força física (estupro), abuso sexual e casos relacionados a abuso sexual envolvendo crianças, dentro ou fora de casa.

*Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Saúde divulga diretrizes para atendimento a vítimas de violência sexual \(Min. Saúde, 19/10/2015\)](#)*

---

**Norma para atendimento humanizado às pessoas em**

# **situação de violência sexual é lançada em Brasília**

*(SPM, 23/09/2015)* A norma técnica “Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios” foi lançada durante a abertura da 5ª Edição do Curso Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, nesta terça-feira (22/09), em Brasília (DF).

A publicação traz os procedimentos para melhorar o atendimento e minimizar a revitimização de quem sofre violência. Ela é resultado de um trabalho construído pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em parceria com os Ministérios da Saúde e da Justiça, e integra o conjunto de ações previstas para a implementação da estratégia três do Programa Mulher, Viver sem Violência, que trata de estabelecer diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS.

*Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Norma para atendimento humanizado às pessoas em situação de violência sexual é lançada em Brasília \(SPM - 23/09/2015\)](#)*

---

## **Casa da Mulher Brasileira é ação sem precedentes, diz ONU Mulheres sobre abrangência e**



# implementação de serviço no país

*(ONU Mulheres, 15/09/2015) Parte do programa Mulher, Viver sem Violência, Casa da Mulher Brasileira prevê série de investimentos sobre integração e humanização de serviços públicos de justiça, segurança pública, saúde e apoio psicossocial e econômico para mulheres em situação de violência*

Em visita às futuras instalações da Casa da Mulher Brasileira, em Curitiba, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, destacou os resultados do programa Mulher, Viver sem Violência, que prevê a integração e a humanização dos serviços públicos. “Em escala de abrangência, pelo tamanho do Brasil e pela implementação em todos os estados, essa ação não tem precedentes”, diz. Ela mencionou que o primeiro centro integrado desse formato foi criado em El Salvador, há quatro anos, com o nome de “Cidade Melhor”. Mas lembra que, lá, são cinco unidades voltadas para o atendimento de seis milhões de pessoas.

*Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Casa da Mulher Brasileira é ação sem precedentes, diz ONU Mulheres sobre abrangência e implementação de serviço no país \(ONU Mulheres - 15/09/2015\)](#)*